

Países em destaque



Fachada de loja no Quênia. Um ambiente de negócios robusto contribui para a diversificação económica (foto: Harry Hook/Getty Images)

Países em destaque

África Subsariana: Reiniciar o Motor do Crescimento

9 de maio de 2017

O crescimento na África Subsariana caiu para o nível mais baixo registado em duas décadas, referiu o FMI no seu mais recente relatório sobre as perspetivas económicas regionais para a África Subsariana.

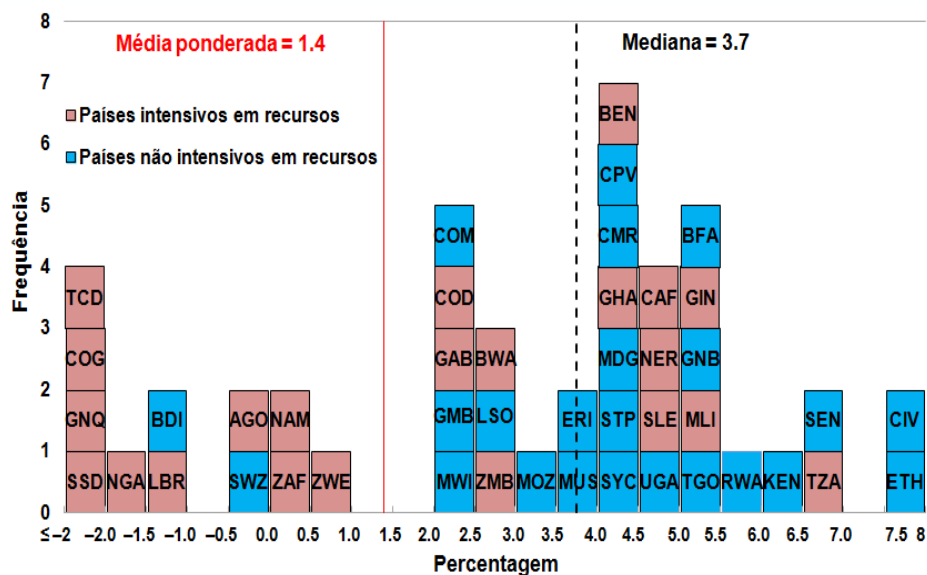
Embora alguns países, como o Senegal e o Quênia, continuem a experimentar taxas de crescimento superiores a 6%, o crescimento abrandou em dois terços dos países da região, o que fez o crescimento médio cair para 1,4% em 2016 (Gráfico 1).

É de esperar uma recuperação modesta do crescimento em 2017, para 2,6%, mas o relatório refere que o ímpeto regional subjacente permanece fraco e, mantido este ritmo, o crescimento da África Subsariana continuará a ficar bem abaixo das tendências passadas de 5%-6%, e apenas ligeiramente acima da taxa de crescimento da população.

Abrandamento do ímpeto de crescimento

Dois terços dos países da região estão a registar crescimento mais brando.

(Distribuição do crescimento do PIB real, 2016)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: AGO=Angola; BDI=Burundi; BEN=Benim; BFA=Burkina Faso; BWA=Botswana; CAF=República Centro-Africana; CIV=Côte d'Ivoire; CMR=Camarões; COD=Rep. Democrática do Congo; COG=República do Congo; COM=Comores; CPV=Cabo Verde; ETH=Etiópia; ERI=Eritreia; GAB=Gabão; GHA=Gana; GIN=Guiné; GMB=Gâmbia; GNB=Guiné-Bissau; GNQ=Guiné Equatorial; KEN=Quênia; LBR=Libéria; LSO=Lesoto; MDG=Madagáscar; MLI=Mali; MOZ=Moçambique; MUS=Maurícias; MWI=Malawi; NAM=Namíbia; NER=Níger; NGA=Nigéria; RWA=Ruanda; SEN=Senegal; SSD=Sudão do Sul; SLE=Serra Leoa; STP=São Tomé e Príncipe; SWZ=Suazilândia; SYC=Seicheles; TCD=Chade; TGO=Togo; TZA=Tanzânia; UGA=Uganda; ZAF=África do Sul; ZMB=Zâmbia; e ZWE=Zimbábue.



INTERNATIONAL
MONETARY FUND

Por que é que o crescimento abrandou?

Embora observe que muitos países sofreram os efeitos de um choque bastante substancial dos preços das matérias-primas, o relatório aponta também para o ajustamento insuficiente das políticas como uma das causas do abrandamento generalizado do ímpeto de crescimento na região. Os países mais atingidos foram os exportadores de matérias-primas e, sobretudo, os exportadores de petróleo, como Angola, Nigéria e os países da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Segundo o relatório, os atrasos na aplicação de políticas de ajustamento de importância crítica estão a provocar o aumento da dívida pública, criar incertezas e adiar os investimentos, e ameaçam gerar dificuldades ainda mais graves no futuro.

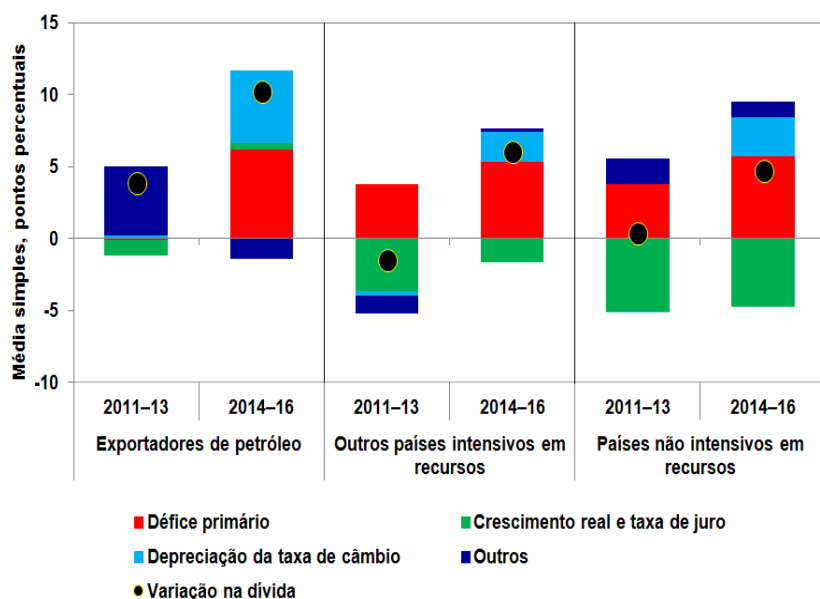
Estão também a emergir vulnerabilidades nos países cujas exportações não são fortemente dependentes das matérias-primas. Embora tais países — como Côte d'Ivoire, Quênia e Senegal — tenham mantido taxas de crescimento elevadas na generalidade, já há vários anos

registam grandes défices orçamentais, à medida que seus governos buscam, acertadamente, colmatar os défices sociais e de infraestruturas. A consequência atual, porém, é a elevação da dívida pública e dos custos de endividamento. (Gráfico 2).

Divida pública em ascensão

Investir em infraestruturas é bom, mas a dívida está a crescer.

(Decomposição da acumulação de dívida pública, 2011–16)



Fontes: FMI, base de dados da Análise de Sustentabilidade da Dívida e cálculos do corpo técnico.



Sem margem para complacência

O relatório mostra também que, embora a conjuntura externa tenha se tornado mais favorável recentemente, ela deverá proporcionar um apoio apenas limitado. As melhorias recentes nos preços das matérias-primas oferecem alguma margem de manobra, mas não o suficiente para abordar os desequilíbrios existentes nos países intensivos em recursos. Os preços do petróleo, por exemplo, deverão continuar muito abaixo do nível máximo registado em 2013. Da mesma forma, a despeito da sua tendência decrescente desde o início de 2016, os custos financeiros ainda são mais altos nas economias de fronteira da região do que nos outros mercados emergentes (Gráfico 3), e poderiam sofrer um novo aperto num contexto de abrandamento da política orçamental e normalização da política monetária nos Estados Unidos.

As perspetivas são também obscurecidas pela incidência de secas, pragas e problemas de segurança, segundo o relatório. O impacto da seca que atingiu parte da África Austral em 2016 está a se dissipar, mas a insegurança alimentar parece estar a crescer em partes da África Austral e Oriental que sofrem os efeitos de secas e pragas. E, mais grave ainda, uma situação

de fome foi decretada no Sudão do Sul e está iminente no nordeste da Nigéria, em consequência de conflitos passados e presentes.

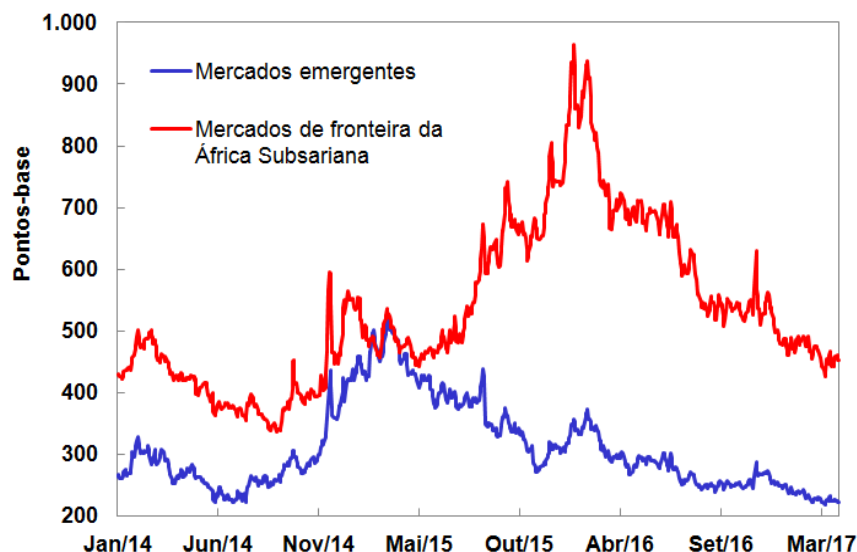
Prioridades de política para reiniciar o motor do crescimento

Face a todos esses desafios, o Diretor do Departamento de África do FMI, Abebe Aemro Selassie, afirmou que decisões vigorosas de política poderiam mudar esse panorama. “A África Subsariana é ainda uma região com um potencial extraordinário de crescimento a médio prazo, mas dada a perspectiva de apoio limitado da conjuntura externa, são urgentemente necessárias medidas de política interna fortes e sólidas para concretizar esse potencial”, disse Selassie. E o relatório salienta três áreas prioritárias.

Elevação do custo financeiro

O financiamento está a se tornar mais restrito para os mercados de fronteira.

(Spreads de mercado, 2014–17)



Fonte: Bloomberg, LP.



Deve-se priorizar a ênfase renovada na estabilidade macroeconómica, para lançar as bases da viragem do crescimento. Nos países mais duramente atingidos, a consolidação orçamental é urgentemente necessária para estancar o declínio das reservas internacionais e contrabalançar as perdas permanentes de receitas, especialmente na CEMAC. Noutros casos, e sempre que possível, a maior flexibilidade cambial e a eliminação das restrições cambiais serão importantes para absorver uma parte do choque. Entretanto, nos países em que o crescimento ainda é vigoroso, será importante abordar as vulnerabilidades emergentes a partir duma posição de força.

A segunda prioridade é abordar as debilidades estruturais para apoiar o reequilíbrio macroeconómico. São necessárias medidas estruturais para garantir uma posição orçamental sustentável e contribuir para um crescimento mais duradouro, através de melhorias na arrecadação de impostos, reforço da supervisão financeira e solução das debilidades de longa data no ambiente de negócios que impedem a diversificação económica.

A terceira prioridade deve ser o reforço da proteção social aos mais vulneráveis. O atual ambiente de baixo crescimento e intensificação dos desequilíbrios macroeconómicos ameaça reverter os progressos recentes na redução da pobreza. Os programas de proteção social existentes são muitas vezes fragmentados, mal direcionados e cobrem uma parcela reduzida da população. O relatório sugere que os recursos poupados com a eliminação de mecanismos generalizados e mal direcionados, como os subsídios aos combustíveis, poderiam ser empregados para amparar os grupos vulneráveis.

Em dois estudos de base, o relatório sobre as perspetivas económicas regionais examina também a experiência da região com episódios de crescimento sustentado e os fatores que os impulsionaram, bem como o papel do setor informal na África Subsariana.

Links relacionados

Leia o relatório
Ouça o podcast